

Política de Privacidade

POLÍTICA DE PRIVACIDADE ALVES FERNANDES ADVOGADOS

O escritório ALVES FERNANDES ADVOGADOS, atua na prestação de serviços advocatícios e dentre os seus pilares está a proteção de dados e informações pessoais que são compartilhados pelos seus clientes e fornecedores.

1. Considerações iniciais

Os dados são protegidos nos processos de coleta, registro, armazenamento, uso, compartilhamento, enriquecimento e eliminação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).

Portanto, a política de privacidade da **ALVES FERNANDES ADVOGADOS** se orienta pela legislação e pelos princípios que norteiam sua missão e valores, com a implantação de procedimentos operacionais eficazes na preservação dos dados pessoais e informações pessoais.

Algumas definições legais são importantes para melhor compreensão da política de privacidade:

Dados Pessoais: todo aquele que se refira a uma pessoa física identificada ou identificável, podendo ser sensíveis ou não;

Titular: pessoa natural a quem se referem dos dados pessoais;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Consentimento: manifestação livre e consciente do titular concordando com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

2. Quais dados são coletados e tratados?

Todos os dados fornecidos pelo titular serão tratados, sendo que a coleta se limita as informações necessárias para melhor eficiência dos serviços jurídicos prestados.

3. Como é feita a coleta dos dados?

- Pelo fornecimento dos clientes e fornecedores, presencial e/ou virtualmente;
- Pelo envio e inserção de dados no site do escritório, para fins de contato com o escritório.

4. Utilização dos dados pessoais

A **ALVES FERNANDES ADVOGADOS** se torna responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos seus titulares, os quais serão tratados para fins de prestação de serviços advocatícios (processo judicial, administrativo ou arbitral), tal como autorizado na Lei 13.709/2018, em seu art. 7º, VI.

O titular dos dados poderá a qualquer momento optar pela exclusão dos dados da base do escritório.

Para manter as informações pessoais seguras, são usadas ferramentas físicas, eletrônicas e gerenciais orientadas para a proteção da privacidade.

A aplicação das ferramentas leva em consideração a natureza dos dados pessoais coletados, o contexto e a finalidade do tratamento e os riscos de eventuais violações poderiam gerar para os direitos e liberdades do titular dos dados coletados e tratados.

Destacam-se as seguintes medidas adotadas:

- Apenas pessoas autorizadas têm acesso a dados pessoais;
- O acesso aos dados pessoais é feito somente após o compromisso de confidencialidade;
- Os dados pessoais são armazenados em ambiente seguro e idôneo.

5. Compartilhamento dos dados pessoais

Em razão da atuação da **ALVES FERNANDES ADVOGADOS** em processo judicial, administrativo ou arbitral serão compartilhados os dados necessários à defesa do interesse do titular na condição de autor ou réu, sendo que no caso de dados sigilosos, serão adotadas as medidas processuais para assegurar a confidencialidade.

Exemplo de dados considerados sigilosos: concernentes a negócios da própria vida da família; sua apresentação puder violar dever de honra; sua publicidade redundar em desonra à parte ou ao terceiro, bem como a seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, ou lhes representar perigo de ação penal; sua exibição acarretar a divulgação de fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, devam guardar segredo; por disposição legal; subsistirem outros motivos graves que justifiquem a confidencialidade; em que o exija o interesse público ou social; que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

6. Transferência dos dados pessoais

Em caso de necessidade de transferência de dados pessoais, seja a nível nacional ou internacional, os mesmos estarão sujeitos à Lei de Proteção de Dados Pessoais e às demais legislações brasileiras de proteção de dados.

7. Direitos do titular dos dados pessoais

O artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dado determina que:

O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

- A confirmação quanto a existência de tratamento de dados pessoais e obtenção, a qualquer tempo, do acesso aos seus dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- Informação quanto ao compartilhamento de dados;
- Exclusão dos seus dados pessoais tratados;
- Portabilidade de dados, para outro prestador de serviços, mediante sua requisição;
- Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

8. Conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais são conservados pelo período estritamente necessário para a finalidade que ensejou a coleta e/ou de acordo com prazos legais vigentes. Durante a conservação serão adotados os meios técnicos para evitar a perda, má utilização, alteração, acesso não autorizado e apropriação indevida dos dados pessoais de seus titulares.

9. Do descarte

Os documentos físicos com os dados pessoais após a digitalização serão eliminados, salvo se de caráter histórico ou necessário à manutenção de efeito jurídico considerando o prazo de decadência e prescrição, nos termos da legislação, ou, a critério dos titulares, devolvidos a eles.

10. Cookies

A qualquer tempo e sem qualquer custo as permissões de cookies podem ser alteradas, assim como bloqueadas ou recusadas.

Se desejar remover os cookies do seu navegador, as instruções exatas para remoção dependerão do navegador que está sendo utilizado. Na maioria dos navegadores, acesse as Configurações (o ícone de engrenagem), depois, Opções da Internet, e haverá um local para limpar arquivos temporários e cookies.

11. Revisão da política de privacidade

Os termos da presente política serão atualizados ou adaptados no sentido de sempre estarem em consonância com a legislação e as melhores práticas de tratamento de dados e informações pessoais.

12. Atendimentos, Reclamações e Dúvidas

No caso de necessidade de contato relacionado ao tratamento dos dados pessoais e com os direitos que são conferidos pela legislação aplicável e, em especial, referidos nessa política, o **ALVES FERNANDES ADVOGADOS** poderá ser contatado através do e-mail: sac@alvesfernandes.adv.br, ouvidoria@alvesfernandes.adv.br ou pelo telefone (62) 3237-1100 ou ainda pelo WhatsApp (62) 98112-1101.

13. Encarregado de Proteção de Dados

O **ALVES FERNANDES ADVOGADOS** disponibiliza os canais de comunicação direta com o encarregado de proteção de dados, Sra. Rhavilla Thuanny Silva Morais: (62) 3237-1100 ramal 1105, e-mail: advogado1116@alvesfernandes.adv.br, celular corporativo (62) 99173-6980.

ALVES FERNANDES ADVOGADOS